



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

**1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE
SÃO JOÃO DE MERITI/RJ**

Juíza Federal Titular: VELLEDA BIVAR SOARES DIAS NETA

Juíza Federal Substituta: VANESSA SIMIONE PINOTTI

Partindo de levantamentos realizados no Questionário Pré-correição enviado pelo órgão correicionado através do OFÍCIO Nº JFRJ-OFI-2016/02853 e datado de 22 de março de 2016, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 04 a 08 de abril de 2016, a correição ordinária eletrônica da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, principalmente os da meta 5.
2. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
3. Diligenciar no sentido de juntar as petições/documentos pendentes.
4. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 1.678 processos com tal fase não informada.
5. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro do movimento de conclusão para sentença, de modo a evitar que as sentenças sejam classificadas como ‘vazias’;
6. Revisar, salvo melhor juízo, a classificação da sentença proferida no processo n. 0002214-16.2010.4.02.5110, classificada como tipo “A”, de fundamentação individualizada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.º2616/2016-MPF/PR/RJ/GABPC, de 03/03/2016, e Portaria PR-RJ n.º 286, de 03/03/2016, a Procuradora da República Caroline Bonfadini de Sá foi designada para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti/RJ, sem que, todavia, tenham comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão de processos entre Titular e Substituto (Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF, 2ª Região).

Quando da atuação simultânea das duas Magistradas, são observados os critérios de divisão dos processos, atuando a Juíza Federal Titular nos processos pares e a Juíza Federal Substituta nos processos ímpares.

Titular: VELLEDA BIVAR SOARES DIAS NETA, em exercício desde abril de 2013.

Substituto: VANESSA SIMIONE PINOTTI, em exercício desde junho/2015.

→ ORGANIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total de Servidores: 10
Analistas Judiciários: 03
Técnicos Judiciários: 07
Estagiários: 05 de nível superior

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo 1ª Instância e Juizados	Última Correição Outubro de 2011	Auto Inspeção Junho de 2015	Correição abril de 2016
Total	18.646	17.049	17.589
Suspensos	8.271	12.916	<u>13.505</u>
Aguarda julgamento de recurso	16	938	496
Tramitação ajustada	10.359	3.195	3.588

. MATÉRIA CÍVEL Total: 17.589
Suspensos: 13.505
Aguardando julgamento recurso/agravo: 496
Em tramitação: 3.588

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, emitido em 05/04/2016. Planilha Apolo Excel – Intimados.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (31/03/2015 a 31/03/2016)**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados: 13.665 processos
Despachos: tempo médio de conclusão/intimação: 29 dias
Decisões: tempo médio de conclusão/intimação: 50 dias
Sentenças: tempo médio de conclusão/intimação: 11 dias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 06/04/2016.

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: a despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016, ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/05/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 95%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constatam 25 processos pendentes de julgamento:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Data	Meta%	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				Data de atualização:	
dez/15	100%	SJRJ	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti	TRF - 31/12/2015		SJRS - 31/12/2015	

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
01ª Vara Federal de Execução Fiscal de	457	416	16	432	25	95%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES

Gráfico nº 1 - Comparativo histórico - % de Julgados

jan/14 fev/14 mar/14 abr/14 mai/14 jun/14 jul/14 ago/14 set/14 out/14 nov/14 dez/14 jan/15 fev/15 mar/15 abr/15 mai/15 jun/15 jul/15 ago/15 set/15 out/15 nov/15 dez/15

— Total - 2ª Região

Ano	2015
Mês	Dezembro
Vara	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti

Acervo pendente SJRJ

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2006	1	0	1
2007	2	3	5
2008	3	0	3
2009	6	0	6
2010	10	0	10
Total geral	22	3	25

➔ **Autuados até 2010: 25 processos**

2006: sem movimentação há menos de 100 dias: **01 processo**

00053652920064025110 - Apolo SJRJ: embargos à execução com sentença tipo C datada de 12/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2007: sem movimentação há mais de 100 dias: **3 processos**

00064181120074025110 - classe 12.005 - embargos de terceiro à ação monitória n. 0004398-23.2002.4.02.5110. Com despacho publicado em 25/02/2016 com vista aos embargados (Fazenda Nacional, CEF e outro) sobre o pedido de extinção do feito sem julgamento do mérito, formulado pela embargante, prazo 10 dias.

00064120420074025110 - classe 12005 - embargos de terceiro à ação monitória n. 0004398-23.2002.4.02.5110, em situação idêntica ao acima analisado ao qual está apensado.

00064172620074025110 - classe 12005 - embargos de terceiro à ação monitória n. 0004398-23.2002.4.02.5110. Com sentença tipo C (extinção sem resolução do mérito) datada de 12/04/2016.

CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS:

→ Autuados em 2008: 3 processos

00009844120074025110

00009697220074025110

→ Autuados em 2009: 6 processos

00058355520094025110

00042688620094025110

00023054320094025110

00000692120094025110

00000545220094025110

00081947520094025110

→ Autuados em 2010: 10 processos

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/04/2016, análise eletrônica dos processos pelo Sistema Apolo, **posição até 13/04/2016.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa (classe 1007) distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 05/04/2016.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução.

(Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Ano	2015	▼
Mês	Janeiro	▼
Vara	01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti	▼
Acervo pendente SJRJ		
Contar de Processo CNJ		
Juizo		Total
1º Grau		552
Juizado		0
Total geral		552

DILIGENCIAR O CUPRIMENTO DA META 5.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

NÃO SE APLICA

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 08/04/2016, análise e consultas ao Apolo, posição até 08/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

De acordo com os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referentes ao período de 10/2015 a 04/2016, e emitidos em 05/04/2016, verificou-se a seguinte situação:

Não existem processos de verificação obrigatória nas seguintes classes:

- . ação popular: classes: 6002, 6004, 6005
- . ação civil pública: 6003, 6006 a 6009
- . ação civil pública previdenciária: 6003
- . ação de usucapião: 5009
- . ação de desapropriação: 5010, 5018
- . ação de reintegração/manutenção de posse: 5011
- . juizado habeas corpus: 72000
- . mandado de seg. coletivo: classes: 2002, 2004, 2009, 2010

Existem 2 mandados de segurança coletivos (classe 2007- tributário) aguardando julgamento de recurso, com análise eletrônica a seguir descrita, e um habeas corpus:

0003375-61.2010.4.02.5110 - mandado de segurança processo eletrônico

JFRJ: suspenso a partir de 03/10/2013, aguardando julgamento de recurso.

TRF2: Sessão de Julgamento ocorrida em **08/03/2016** às 14:00.

Incidentes 2015.6000.079222-1 e 2015.6000.084272-5 - Embargos de declaração desprovidos por unanimidade, pela Quarta Turma Especializada.

0003379-98.2010.4.02.5110 - mandado de segurança processo eletrônica.

JFRJ: Processo suspenso a partir de 25/02/2014, aguardando julgamento de recurso.

TRF2: Relatora Des. Fed. Cláudia Neiva - ATO ORDINATÓRIO - Ficam disponibilizados os processos constantes deste expediente pelo prazo de 15 dias (em dobro), para oferecimento de **CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário(s)** interposto(s), nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, disponibilizada no e-DJF2R de 06/06/2013, em 09/04/2016, pela 3ª TEsP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. HABEAS CORPUS (classe 23000)

Entrada em Plantão: 1 processo

0500216072015402501 - baixado em novembro/2015 pelo juízo de plantão, arquivado em 02/2016.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 05/04/2016, análise eletrônica dos processos e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 12/04/2016.**

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 31/03/2015 A 31/03/2016) (Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 08 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, todas em 30/11/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS (VIRTUAIS)**

LOCAIS VIRTUAIS: Foram encontrados 84 locais virtuais

1. INICIAIS - (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Segundo o Questionário de pré-correição, "as iniciais e os processos encaminhados para verificação de prevenção são analisadas por um servidor específico, que fica responsável pela minuta dos despachos iniciais. Caso haja pedido de antecipação dos efeitos da tutela ou outro pedido urgente, o processo é encaminhado para o Gabinete, para análise e minuta de despacho ou decisão com prioridade" onde "o Assistente IV é responsável pela análise das petições iniciais (...)" (fls. 05 e 14).

No Sistema Apolo, Módulo Secretarias, não há locais virtuais expressos para petições iniciais, a não ser que sejam as mesas pessoais dos servidores e etc.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.
Sistema Apolo módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. BALCÃO DE ENTRADA

- a. Documentos: 125 DOCUMENTOS
- b. Sendo o mais antigo de 08/04/2016

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 12/04/2016, às 15 horas e 23 minutos.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Também, segundo o Questionário de Pré-correição, "as iniciais e os processos encaminhados para verificação de prevenção são analisadas por um servidor específico, que fica responsável pela minuta dos despachos iniciais. (...)" (item 3.11.1).

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Total de 08 processos:

- 5 (cinco) de execuções fiscais;
- 1 (um) de execução por título extrajudicial;
- 1 (um) de ação monitória e
- 1 (um) de embargos à execução fiscal.

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 05 processos
 - i. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 03 processos
 - ii. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: não há

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 04/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

- a) ENTRE 31 E 60 DIAS: nada consta
- b) HÁ MAIS DE 60 DIAS: nada consta

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 04/04/2016.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada em abril de 2015, 156 documentos, sendo os dois mais antigos de n. 2008.1031.005348-5 e 2008.1031.005778-2, protocolizadas em dezembro de 2008, pertencentes ao processo n. 00026585420074025110.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem locais virtuais:

1. Aguardando acesso Procuradores/ Advogados
2. Aguardando assinatura de mandados
3. Aguardando cumprimento de carta precatória
4. Aguardando remessa para o TRF2
5. Aguardando resposta de ofícios
6. Aguardando retorno de mandados
7. ARQUIVO 2009/2011 - expedientes/petições baixados
8. ARQUIVO 2012 - expedientes/petições baixados
9. ARQUIVO 2012 - processos BAIXADOS
10. ARQUIVO 2013 - expedientes/petições baixados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11. ARQUIVO 2013- processos BAIXADOS
12. ARQUIVO 2014- expedientes/petições baixados
13. ARQUIVO 2014 - processos BAIXADOS
14. ARQUIVO 2015 - expedientes/petições baixados
15. ARQUIVO 2015 - processos BAIXADOS
16. ARQUIVO 2016 - PROCESSOS BAIXADOS
17. ASSINADOS Juiz(a) 01VFEF-SJ
18. BACENJUD - aguardando resposta
19. BACENJUD - cadastramento
20. BACENJUD - Desbloqueio e Penhora
21. Conclusão - E. EXTRAJUDICIAL
22. Conclusão - EXECUÇÃO FISCAL
23. Conclusão - MONITÓRIAS
24. Conclusão - ORDINÁRIAS CAUTELARES
25. Conclusão - MANDADO DE SEGURANÇA
26. EXPEDIENTES E PETIÇÕES A JUNAR - processos fora
27. EXPEDIR ações ORD/CAUT/outras
28. EXPEDIR CARTA PRECATÓRIA
29. EXPEDIR EDITAL
30. EXPEDIR MANDADO (LEILÃO)
31. EXPEDIR MANDADOS
32. EXPEDIR OFÍCIOS
33. GABINETE - Balcão de Entrada
34. GABINETE - Decisões Diversas
35. GABINETE - PRESCRIÇÃO
36. GABINETE - Sentenças
37. INFOJUD/RENAJUD - Execução Fiscal - cadastramento
38. INFOJUD/RENAJUD - Outras ações - cadastramento
39. INTIMAÇÃO 48 HORAS EXEQUENTE
40. LEILÃO - aguarda DESIGNAÇÃO
41. LEILÃO - DESIGNADO - Aguarda conclusão leilão
42. 16 MESAS PESSOAIS, incluindo:
 - a. CHRISTIANE - TELETRABALHO
 - b. DRª VELLEDA (Juíza)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- c. DRª VANESSA (Juíza)
 - d. DRª VANESSA URGENTE (Juíza)
 - e. MESA MARÍLIA DIRETORA
 - f. MESA KAUÊ - APOIO
 - g. AMANDA - estagiária
 - h. JULIANA - estagiária
43. PRAZOS - EXECUÇÃO FISCAL
 44. PRAZOS - OUTRAS AÇÕES
 45. REMESSA - Aguardando remessa PRF (Procuradoria Regional Federal)
 46. REMESSA - aguardando remessa CEF/CONSELHOS
 47. REMESSA - ag. remessa para a PFN (Procuradoria da Fazenda Nacional)
 48. REMESSA - ag. remessa UNIÃO FEDERAL (UF - LOCAL 130/456)
 49. Remessa para a publicação - DECISÕES
 50. SUSPENSOS - ag. julgamento de recursos - TODOS OS DÍGITOS
 51. SUSPENSOS 2009/2012 - suspensões DIVERSAS
 52. SUSPENSOS 2009/2012 - Art. 40 "caput" LEF-SUSPENSÃO 01 ANO
 53. SUSPENSOS 2009/2012 - Art. 40, § 2º LEF - arquivado sem baixa
 54. SUSPENSOS 2009/2012 - Art. 20 - Lei 10522/02
 55. SUSPENSOS 2009/2012 - PARCELAMENTO
 56. SUSPENSOS 2012 - Portaria MF 75/2012
 57. SUSPENSOS 2013/2016 - Art. 40 "caput" LEF - SUSPENSÃO 01 ANO
 58. SUSPENSOS 2013/2016 - arquivo sem baixa - ART. 48, LEI 13.043/14
 59. SUSPENSOS 2013/2016 - Art. 40, § 2º LEF-arquivado sem baixa
 60. SUSPENSOS 2013/2016 - ART. 20 - L 10522/02 (ARQUIVO sem baixa)
 61. SUSPENSOS 2013/2016 - MP 651 - ARQUIVAMENTO SEM BAIXA
 62. SUSPENSOS 2013/2016 - PARCELAMENTO
 63. SUSPENSOS 2013/2016 - Port. 75/2012 MF
 64. SUSPENSOS 2013/2016 - Suspensões Diversas
 65. SUSPENSOS 2013/2016 - ETE e Monitória executado
 66. SUSPENSOS 2013/2016
 67. TRF2 - remetidos/aguarda julgamento de recursos

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- a) Aguardando acesso Procuradores/Advogados;
- b) PRAZOS - EXECUÇÃO FISCAL;
- c) PRAZOS - OUTRAS AÇÕES;
- d) BACENJUD - aguardando resposta;
- e) TRF2 - remetidos/aguarda julgamento de recursos.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 04/2016.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

- a) Aguardando cumprimento de carta precatória;
- b) Aguardando remessa para o TRF2;
- c) REMESSA - Aguardando remessa PRF (Procuradoria Regional Federal)
- d) REMESSA - aguardando remessa CEF/CONSELHOS
- e) REMESSA - ag. remessa para a PFN (Procuradoria da Fazenda Nacional)
- f) REMESSA - ag. remessa UNIÃO FEDERAL (UF - LOCAL 130/456)
- g) Remessa para a publicação - DECISÕES.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/2016.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

- a. Total em 22:
 - i. Segredo do Sistema: 12 processos
 - ii. Segredo de Peças (documentos): 10 processos

→ Foram analisados os seguintes processos:

Execução Fiscal (Eletrônicos): 13

00100127720004025110 – EF processo suspenso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fls. 196: PFN pediu sigredo de justiça, por informações fiscais dos autos, que foi decretado em 27 de setembro de 2011 (fls. 220 dos autos eletrônicos).

00105092320024025110 – EF processo suspenso
Decretado sigredo de justiça em 24 de março de 2014 (fls. 279 dos autos eletrônicos).

00021557220034025110 – EF processo suspenso
Sigredo de justiça decretado em 13 de maio de 2013, registrado no sistema em 05/07/2013.

Matéria Cível exceto execução fiscal.(Eletrônicos): 03 processos

00075484120044025110 - Execução por título extrajudicial
Processo suspenso a partir de 22/06/2015, nos termos do artigo 791, III do CPC. Com sigilo de peças.

00001410720114025120 - Execução por título extrajudicial
"Suspensos 2013/2016 - suspensões diversas". Processo com sigilo de peças. Processo suspenso a partir de 16/07/2015 por cinco anos, nos termos do art. 791, III do CPC. Registro do Sistema em 16/07/2015.

01601186020144025110 - cautelar fiscal (10010)
Apreensão/indisponibilidade de bens/mercadorias. Processo com sigredo de justiça no sistema. Existem petições/expedientes vinculados ainda não juntados.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Sigredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 08/04/2016.**

10.PUBLICAÇÕES - (Art. 181 da CNCR).

- a. Total de processos publicados (de 31/03/2015 a 31/03/2016): 7.491
- b. Total de Boletins: 238
- c. Média de processos/boletins: 31,47 processos.
- d. Tempo médio de dias/publicação: 4,90 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 14/04/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 188 processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.

Fonte: Apolo – Secretaria - Relatório de processos remetidos, extraído em 05/04/2016, referente ao período de 31/03/2015 a 31/03/2016.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

1. Número total de processos suspensos (em 14/04/2016): **14.012**

Cíveis: 353 (outras classes)

Execuções Fiscais: 13.659

2. Motivo Da Suspensão

Análise de processos ordenados por motivo de suspensão

A) Execuções Fiscais: 13.659

Aguardando decisão de instância superior: 393

00090675120044025110:

Processo suspenso a partir de 18/05/2010, aguardando julgamento do Agravo nº 2009.02.01.011263-6, onde foi admitido o REsp em 14/09/2015 pela VP desta Corte.

00071534920044025110 -

Em 22/02/2016 houve baixa definitiva e remessa à Vara de origem.

00019905420054025110

Apelação, processo concluso ao Relator neste Tribunal desde 26/06/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Art. 20, Lei 10.522/02: **1.628**

09711387419984025110

Processo suspenso a partir de 11/02/2008, com ordem judicial nos termos do motivo cadastrado.

00043881320014025110

Processo suspenso a partir de 29/04/2008, com ordem judicial nos termos do motivo cadastrado.

Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa)

00058599820004025110

Processo suspenso a partir de 08/08/2005, conforme o determinado nos autos principais no. 99.0756175-4.

00058608320004025110

Processo suspenso a partir de 08/08/2005, conforme o determinado nos autos principais no. 99.0756175-4.

Art. 40, *caput*, LEF

00018175920074025110

Processo suspenso a partir de 16/06/2009, com ordem judicial de suspensão pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do art. 40, da LEF.

00030939620054025110

Processo suspenso a partir de 15/04/2010, com ordem judicial.

Embargos à execução

00025060620074025110

Processo suspenso a partir de 27/06/2012

Salvo melhor análise, não foi encontrada a ordem judicial expressa de suspensão.

00050116220104025110



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo suspenso a partir de 28/09/2012, com ordem judicial registrada em 28/09/2012.

Outras suspensões - Processos de Execução

07551627419994025110

Processo suspenso a partir de 21/06/2000, com fulcro no artigo 792 do CPC, **até o término do pagamento do parcelamento. Smj, retificar o motivo de suspensão de acordo com a determinação judicial publicado em 20/06/2000.**

00008939220004025110

Processo suspenso a partir de 28/07/2000.

OUTROS - FASE CONHECIMENTO:

00093631520004025110 - Processo suspenso a partir de 09/07/2012, até desfecho do processo falimentar.

09719996019984025110 - Processo suspenso a partir de 18/07/2012, até desfecho do processo falimentar.

OUTROS - FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: total 1.029

00024545420004025110

00084598720034025110

OUTROS - PROCESSOS CRIMINAIS: 01

00048643620104025110

PARCELAMENTO: 2.209

00097173520034025110

00027154820024025110

SUSPENSOS - **ARTIGO 40 - LEI 6.830 (NOVAMENTE?) 146**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

09793326319984025110
00038774920004025110
00019167320004025110

VAZIAS: total 279 processos

00032709420044025110
00007934020004025110
00027752120024025110

B) Processos Cíveis (exceto execuções fiscais): 353

Aguarda decisão de instância superior: 100 processos

00030903920084025110
07568697719994025110
00042706620034025110

Art. 20, Lei 10.522/02: 1 processo

00027933220084025110

Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa): 1 processo

00069269320034025110

Art. 40, *caput*, LEF: 1 processo

00016942220114025110

Embargos à execução 15 processos

00034419020004025110
00260174819984025110
00006858820124025110

Outras suspensões - Processos de Execução

00017011920084025110

OUTROS - FASE CONHECIMENTO: 6 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00006867320124025110

00109644420044025101

00033983620124025110

OUTROS - FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 216 processos

00052786820094025110

00032038520114025110

00019737120124025110

PARCELAMENTO: 12 processos

05271440520094025101

00044785520004025110

00005960720084025110

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 14/04/2016, verificou-se que são lançadas corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos acima referidos.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, análise eletrônica dos processos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 14/04/2016.**

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.025

1. FINAL ÍMPAR:

- a. Convertidas em diligência: 12
- b. Embargos de declaração acolhidos: 01
- c. Embargos de declaração rejeitados: 01
- d. Resolução de mérito:
 - i. Declarada decadência ou prescrição: 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- ii. Embargos de declaração não acolhidos: 01
 - iii. Extinta a execução ou o cumprimento da sentença: 10
 - iv. Extinta a punibilidade por pagamento integral do débito: 03
 - v. Conciliação/transação homologada: 02
 - vi. Julgado improcedente o pedido: 03
 - vii. Procedente em parte do pedido: 02
 - viii. Extinção da execução: 99
 - ix. Pedido improcedente: 06
 - x. Pedido procedente: 05
 - xi. Pedido procedente em parte: 05
 - xii. Reconhecida prescrição/decadência: 55
- e. Sem resolução de mérito: 497
- i. Desistência da ação: 02
 - ii. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 01
 - iii. Extinto o processo por desistência: 03
 - iv. Por negligência das partes: 01
 - v. Indeferida a petição inicial: 03
 - vi. Indeferimento da Petição Inicial: 01
- f. **Vazias: 309**

2. FINAL PAR: 1054

- a. Convertidas em diligência: 09
- b. Convertido (a) o (a) julgamento em diligência: 01
- c. De expediente: 01
- d. Embargos de declaração acolhidos: 01
- e. Embargos de declaração rejeitados: 02
- f. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação:
 - ii. Condenatória:
 - iii. Extinção da execução: 98
 - iv. Improcedente: 08
 - v. Procedente: 09



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- vi. Procedente em parte: 04
- vii. Reconhecida prescrição/decadência: 32
- viii. Extinta a execução ou cumprimento da sentença: 17
- ix. Extinta a punibilidade pelo cumprimento da pena: 01
- x. Pagamento integral do débito: 07
- xi. Homologada a transação: 04
- xii. Julgado improcedente o pedido: 01
- g. Sem resolução de mérito: 493
- h. Desistência da ação: 01
- i. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 01
- j. Por desistência: 03
- k. Indeferida a petição inicial: 03
- l. Indeferimento da petição inicial: 03
- m. **Vazias: 355**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**
(Res. 535/2006 do CJF)

Observa-se que o juízo correicionado classifica, em regra, adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0002214-16.2010.4.02.5110: sentença extinguindo o processo, sem resolução de mérito, a teor do disposto no artigo 267, VI do CPC c/c 109 da CRFB/1988, ante a ilegitimidade passiva da União Federal.

0013651-47.2011.4.02.5101

0005825-67.2011.4.02.5101

0005803-16.2010.4.02.5110

0004369-82.2011.4.02.5101

0004057-16.2010.4.02.5110

0002796-55.2013.4.02.5160



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0001569-18.2010.4.02.5101
0000123-11.2014.4.02.5110
0001926-73.2007.4.02.5110
0001001-33.2014.4.02.5110
0003537-17.2014.4.02.5110
0002148-07.2008.4.02.5110
0001618-90.2014.4.02.5110
0000640-89.2009.4.02.5110
0000539-76.2014.4.02.5110

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0006440-25.2014.4.02.5110
0006491-22.2003.4.02.5110
0006476-19.2004.4.02.5110
0006472-16.2003.4.02.5110
0006465-58.2002.4.02.5110
0006454-92.2003.4.02.5110
0006453-10.2003.4.02.5110
0006442-78.2003.4.02.5110
0006441-93.2003.4.02.5110
0006501-71.2000.4.02.5110
0006437-70.2014.4.02.5110
0006437-56.2003.4.02.5110

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0000914-24.2014.4.02.5160
0000244-88.2004.4.02.5110
0000684-35.2014.4.02.5110
0000645-92.2001.4.02.5110
0000583-18.2002.4.02.5110
0000572-66.2014.4.02.5110
0000467-60.2012.4.02.5110
0000447-21.2002.4.02.5110
0000374-39.2008.4.02.5110
0000275-65.2014.4.02.5108
0000705-11.2014.4.02.5110



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 03/2016..**

➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.3.2):

“Os feitos com prioridade legal são destacados com a inclusão de identificadores, e o andamento é dado com prioridade. Os processos incluídos nas metas do CNJ são identificados através de relatórios extraídos do Portal de Estatísticas, e a eles é dado tratamento prioritário.”

➔ **LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.3.4):

“São encaminhados para o gabinete os processos conclusos para decisão não padronizada e conclusos para sentença. São localizados em escaninho (físico e eletrônico) denominado “Gabinete Balcão de Entrada”. Diariamente são analisados os processos localizados nesses escaninhos, e encaminhados para os locais específicos (Decisões diversas, Prescrição, Sentença)”

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 08/04/2016.**

➔ **EXECUÇÃO**
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

Existem 318 processos, em trâmite, com a "Fase 18" não informada.

	Trâmite	Suspensos	Aguardando recursos	TOTAL
Informada	52			52
Não informada	318	95	199	612



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não-aplicável	8	12		20
Natureza executória	3.626	13.552	918	18.096
TOTAL	4.004	13.659	1.117	18.780

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença, extraído em 11/04/2016

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 31/03/2015 a 31/03/2016): Art. 217, II, da CNCR

- a. Total de requisições: 38
 - b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 536 dias.
- **RPV's**: . Cadastrados: 37
. Enviados: 27
 - **Precatórios (Parcela única)**: . Cadastrados: 01
. Enviados: 01

Fonte: Mapa - Precatório e RPV, extraída em 11/04/2016.

→ GRANDES DÉBITOS (Arts. 272 e 273 da CNCR)

O órgão correicionado informa que as execuções fiscais relativas a grandes devedores era anteriormente definidas de acordo com relação encaminhada a cada uma das Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional que atuam em processos na Vara (Seccional de Nova Iguaçu e Seccional de Duque de Caxias).

Em julho de 2015, os Procuradores Chefes das referidas Procuradorias Seccionais informaram ter sido suspenso, naquelas entidades, o acompanhamento especial de processos judiciais relacionados aos Grandes Devedores da Fazenda Nacional.

Assim, as execuções fiscais de grandes devedores passaram a ser definidas pelo Juízo, nos termos do artigo 272, parágrafo único da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, sendo assim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

consideradas aquelas cujo valor originário excede a R\$ 1.000.00,00 (um milhão de reais).

Considerando este critério, há 96 processos tramitando na Vara identificados como de grande devedor.

Os processos designados como de grande devedor são destacados através de identificador específico inserido nos processos eletrônicos e de etiqueta aposta na capa dos processos físicos. Recebem andamento prioritário e são analisados pelo Gabinete da Vara.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Bloqueios – 1.107 (valor total bloqueado – R\$ 5.530.204,33)

Desbloqueios – 565 (valor total desbloqueado – R\$ 4.180.086,07)

Transferências – 671 (valor total transferido – R\$ 5.403.935,76)

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, e).

→ RENAJUD - Foram cadastradas restrições em veículos em 181 processos.

→ LEILÕES (Arts. 270 A 290 da CNCR)

Foi realizado um leilão judicial, em setembro de 2014, no qual foram incluídos 12 processos com bens penhorados. Destes, houve arrematação no processo n. 0009594-71.2002.4.02.5110 que se encontra aguardando o recolhimento do ITBI pelo arrematante, a fim de que seja expedida a Carta de Arrematação.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, f).

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

O órgão correicionado esclarece que o cadastramento dos bens penhorados no sistema de acompanhamento processual Apolo não é realizado pelo Juízo, considerando a defasagem do sistema e sua não utilização pela maior parte das Varas de Execução Fiscal, conforme recomendação realizada no último Encontro de Diretores da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, realizado em 2014.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 08/04/2016.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Existe apenas um processos baixado: 00125033020134025101, com 1 CD.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até *08/04/2016.**

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS

(Art. 147 a 151 CNCR)

No relatório de Inspeção Anual, enviado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/09890, de 6 de julho de 2015 foi relatado que Os livros considerados obrigatórios pela E. Corregedoria-Regional da Justiça da 2ª Região, compatíveis com a competência deste Juízo, estão regularmente abertos e numerados. No livro de carga aos Advogados e Peritos é anotada a devolução dos autos pelo servidor responsável. A frequência dos servidores está devidamente registrada no livro de ponto através da aposição da assinatura do respectivo servidor.

Já no Questionário Pré-Correição, o órgão correicionado relatou apenas que os livros e pastas encontram-se em situação regular.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual/2015 e Questionário de pré-correição/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

Segundo o Questionário pré-correição encaminhado pelo órgão correicionado, o *espaço físico da Vara tem tamanho adequado para o desenvolvimento dos trabalhos. Entretanto, apresenta problemas estruturais, como rachaduras nas paredes, infiltrações e entrada de água nos dias de chuva forte. Além disso, a iluminação e o funcionamento dos aparelhos de ar condicionado são deficientes, causando desconforto aos servidores no desempenho de suas atividades.*

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Segundo o item 6.2 do Questionário de pré-correição, o juízo correicionado relatou que ficaram estabelecidas as seguintes metas: em três meses, julgar integralmente os processos incluídos na Meta 2/2015 do CNJ; em seis meses, cumprir integralmente os prazos estabelecidos no artigo 227 e 228 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça da 2ª Região.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892
Carlos Cesar de Sousa Diniz, Mat. n.º 10.604